

RELATÓRIO ANUAL DO TRE-MG RELATIVO ÀS METAS NACIONAIS DO CNJ

Resultados do Exercício 2018



Metas CNJ



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

**RELATÓRIO ANUAL DO TRE-MG RELATIVO ÀS METAS NACIONAIS
DO CNJ**

Resultados do Exercício 2018

Belo Horizonte

2019

2019 Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Ficha técnica

Elaboração

Coordenadoria de Gestão Estratégica
Seção de Planejamento e Estatística
Coordenador: Flávio Augusto Nannetti Caixeta
Chefe da Seção: Breno Murari Magnani Machado
Alexandre Henrique Martins
Alexandre Petronilho dos Santos
Fernanda Rodrigues Cunha
Vanessa Loureiro Silva
Estagiário: Devid Lima da Silva

Distribuição

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
Seção de Planejamento e Estatística
Avenida Prudente de Moraes, 280 - 1º andar
30380-000 - Belo Horizonte - Minas Gerais
Telefone: (31) 3307-1621/1607/1428/1429/1430
E-mail: seple@tre-mg.jus.br

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Presidente

Des. Pedro Bernardes de Oliveira

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Des. Rogério Medeiros Garcia de Lima

Juizes

Nicolau Lupianhes Neto
Paulo Rogério de Souza Abrantes
João Batista Ribeiro
Antônio Augusto Mesquita Fonte Boa

Procurador Regional Eleitoral

Ângelo Giardini de Oliveira

Diretor-Geral

Adriano Denardi Júnior

Sumário

1. Apresentação	6
2. Análise	7
2.1. Meta 1/2018: Julgar mais processos que os distribuídos	7
2.2. Meta 2/2018: Julgar processos mais antigos	12
2.3. Meta Específica 1/2018: Identificar e julgar processos prioritários	17
2.4. Meta Específica 2/2018: Ações para educação eleitoral	23
3. Conclusões	24

1. Apresentação

O presente relatório visa apresentar os resultados alcançados pelo Tribunal no ano de 2018 referentes às Metas estabelecidas pelo CNJ. Vale informar que os dados para a aferição das metas foram fornecidos pela Corregedoria Regional Eleitoral, pela Secretaria Judiciária e pela Escola Judiciária do TRE-MG.

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, nos dias 20 e 21 de novembro de 2017, durante o 11º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais e as Metas Específicas para o Judiciário brasileiro alcançar em 2018. São duas metas nacionais que ensejam cumprimento por todos os órgãos do Poder Judiciário, além de duas metas específicas para a Justiça Eleitoral, quais sejam:

- Meta Nacional 1 – Julgar mais processos que os distribuídos;
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2018;
- Meta Nacional 2 – Julgar processos mais antigos;
Julgar, até 31/12/2018, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016;
- Meta Específica 1 – Identificar e julgar processos prioritários;
Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias;
- Meta Específica 2 – Ações para educação eleitoral;
Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.

A seguir, apresenta-se a análise detalhada de cada uma das metas no âmbito deste Regional. Como se verificará adiante, no exercício de 2018, houve cumprimento da Meta Nacional 2 e da Meta Específica 2.

2. Análise

2.1. Meta 1/2018: Julgar mais processos que os distribuídos

Esse indicador demanda que os Tribunais julguem maior quantidade processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Assim, a meta estará cumprida caso o percentual de processos julgados em relação ao distribuídos seja maior que 100%.

Destaca-se que o número de processos distribuídos a ser considerado aqui se refere aos processos efetivamente distribuídos ao longo de 2018, mais os processos que entraram na meta por saírem de suspensão, menos os processos que saíram da meta por entrarem em suspensão ou por cancelamento da distribuição ou redistribuição para outro tribunal ou jurisdição.

A análise dos números da Meta 1 no TRE-MG foi efetivada pela Seção de Planejamento e Estatística de acordo com os dados fornecidos mensalmente pela Corregedoria Regional Eleitoral e a Secretaria Judiciária. Conforme se observa nos números a seguir, a Meta 1 não foi cumprida.

2.1.1. Resultados Gerais de 2018

Tabela 01: Resultados Meta 1/2018

Componente do indicador	Resultados	Meta
Processos distribuídos (Dist)	22.478	-
Processos julgados (Julg)	19.500	-
% de Julgamento = Julg/Dist	86,75%	>100%
% de cumprimento = Julg/(Dist+1)	86,75%	≥100%

De acordo com a Tabela 01 acima, em 2018 foram distribuídos 22.478 processos neste Regional e foram julgados 19.500 processos. Dessa forma, o percentual de julgamento no ano foi de **86,75%**, levando, portanto, ao não cumprimento da Meta 1 em 2018.

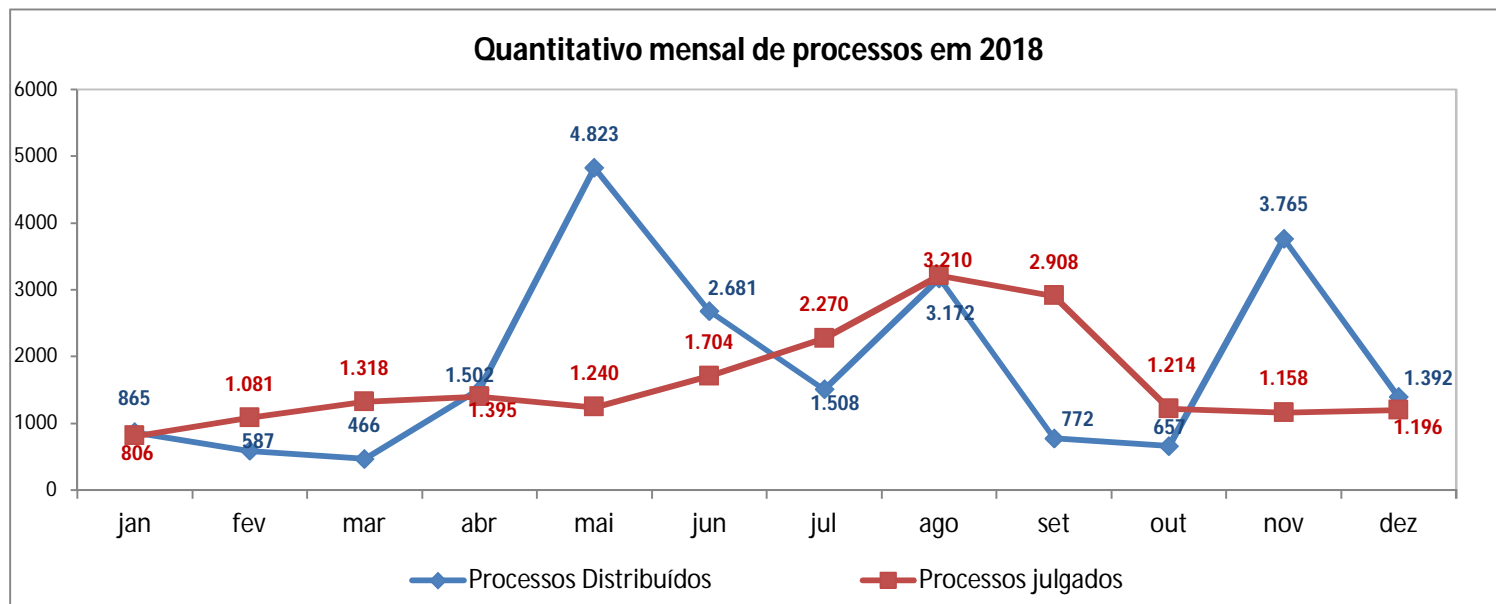


Figura 01: Volume mensal de processos da Meta 1/2018

Analisando os números mensais de distribuição e julgamento de processos, conforme se visualiza na Figura 01 acima, os meses de maio e novembro se destacaram pela maior distribuição de processos, com 4.823 e 3.765 casos, respectivamente. O ápice de julgamentos, por sua vez, se deu em agosto, com 3.210 casos, seguido por setembro, com 2.908 processos, refletindo a celeridade necessária no julgamento dos processos de registro de candidatura para as Eleições Gerais de 2018.

A seguir, serão apresentados os resultados da Meta 1 por tipo de processos (criminal e não criminal) e por instância (1º e 2º graus), bem como a evolução dos percentuais de julgamento entre 2010 e 2018.

2.1.2. Resultados de 2018 por tipo de processo

Tabela 02: Resultados da Meta 1/2018, por tipo de processo

Componente do indicador	Criminais	Não Criminais	Total
Processos distribuídos (Dist)	555	21.923	22.478
Processos julgados (Julg)	475	19.025	19.500
% de Julgamento = Julg/Dist	85,59%	86,78%	86,75%
% de cumprimento = Julg/(Dist+1)	85,43%	86,78%	86,75%

Em relação aos dados desmembrados por tipo de processo, como pode ser observado na Tabela 02 acima, em 2018 foram distribuídos 555 processos criminais e julgados 475, resultando em uma taxa de julgamento de **85,59%**. Quanto aos processos não criminais, foram distribuídos 21.923 e julgados 19.025, resultando em um percentual de julgamento de **86,78%**. Desta forma, não houve cumprimento da Meta 1 em nenhuma das competências.

2.1.3. Resultados de 2018 por instância

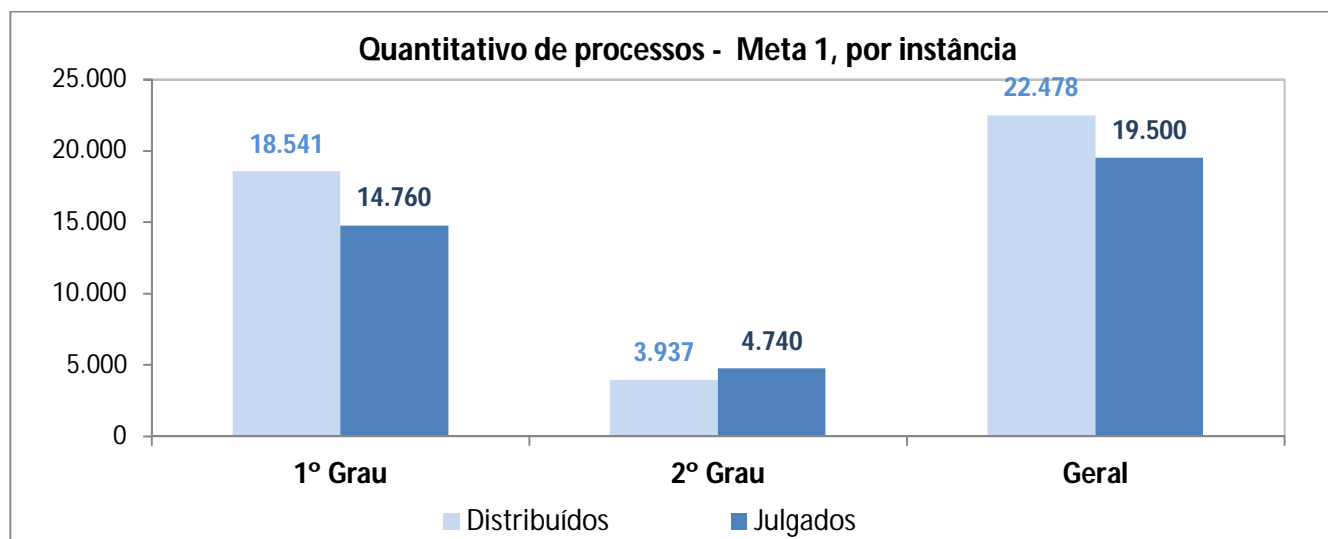


Figura 02: Quantitativo de processos da Meta 1/2018, por instância

Pela Figura 02, ao analisar os dados da Meta 1 por instância, no 1º grau foram distribuídos 18.541 processos e julgados 14.760. No 2º grau foram distribuídos 3.937 novos processos e julgados 4.740. Desta forma, conforme a Figura 03 a seguir, as taxas de julgamento para a 1ª e 2ª instâncias são, respectivamente, **79,61%** e **120,40%**, demonstrando o não cumprimento da Meta 1 no primeiro grau e o alcance da Meta 1 no segundo grau.

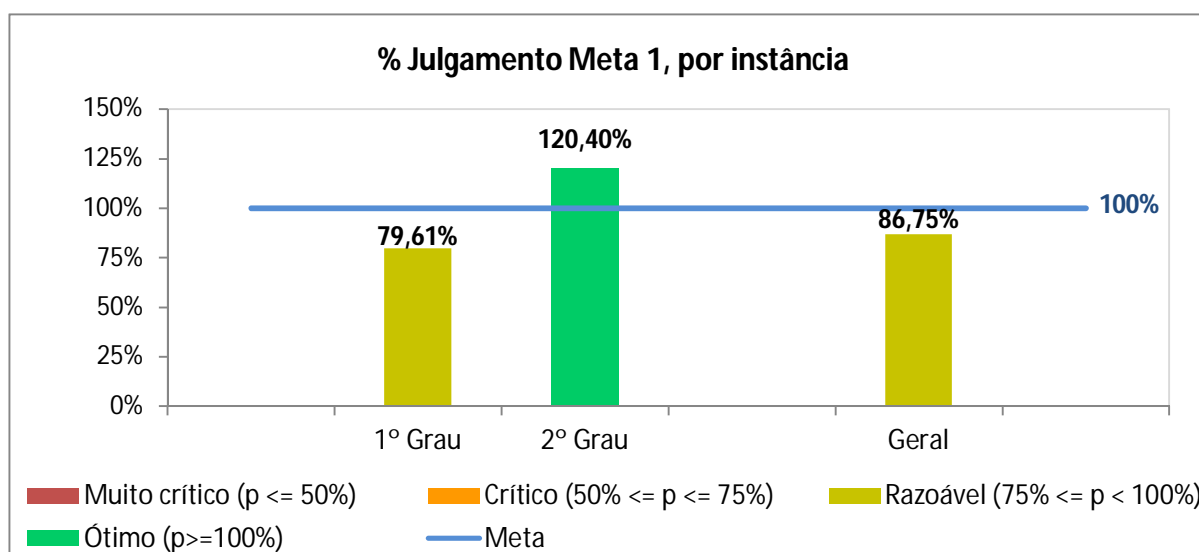


Figura 03: Percentuais de Julgamento por instância - Meta 1/2018

2.1.4. Análise dos resultados pelo setor responsável

Segundo a Corregedoria Regional Eleitoral (CRE), área responsável pelo 1º grau de jurisdição, existe um incessante monitoramento da alimentação do SADP e da movimentação dos processos paralisados junto às Zonas Eleitorais da Circunscrição. A implantação do PORTCRE neste Tribunal foi de fundamental importância para a extração de dados, tornando-os mais equânimes com os resultados obtidos pela maioria dos regionais do país que já o utilizam. São realizadas inspeções remotas, com análise de relatórios específicos extraídos do PorTCre e ações diretas junto aos cartórios. Além de expedientes exortando os MMMM. Juízes a adotarem as providências necessárias ao imediato julgamento dos feitos respectivos e a empreenderem verdadeira tarefa de fôlego junto aos servidores em prol da conscientização da importância de que se revestem a alimentação sistemática das informações e o comando de publicação destas no SADP, também são enviadas mensagens sobre o posicionamento de cada serventia quanto aos processos paralisados há mais de 30 dias, enviada diretamente aos respectivos Juízes e aos Chefes de Cartório via e-mail institucional. Entretanto, dentre os fatores limitantes para o alcance da meta, a CRE destaca que, em ano eleitoral, a

produtividade dos juízos diminui em razão das ações voltadas diretamente para as eleições. Além disso, ainda permanecem dificuldades por parte da Zona Eleitoral no lançamento dos dados relativos aos processos no SADP. Desta forma, apesar dos esforços realizados, a Meta 1 não foi cumprida na primeira instância.

Por sua vez, a Secretaria Judiciária (SJU), setor responsável pelo 2º grau de jurisdição, informa que foi instituído, por meio da Portaria nº 20/2018, o Grupo de Apoio ao cumprimento dos indicadores judiciais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e no Planejamento Estratégico do TRE/MG, com a finalidade de analisar detalhadamente os resultados da prestação jurisdicional na 2ª Instância da Justiça Eleitoral. Além disso, a utilização do Processo Judicial Eletrônico nas Eleições Gerais de 2018 contribuiu para a celeridade e produtividade da prestação jurisdicional, culminando, portanto, com o alcance da Meta 1 no 2º grau.

2.1.5. Evolução dos resultados da Meta 1

Observa-se pela Figura 04 abaixo que a Meta 1 é aferida desde 2010. Considerando o resultado geral do Tribunal, a Meta foi cumprida em três exercícios: 2011 (171,18%), 2014 (110,15%) e 2017 (218,08%). Destaca-se ainda que relativamente ao exercício anterior, 2017, ano com melhor desempenho (218,08% de julgamento), houve uma queda considerável na taxa de julgamento em 2018 (86,75%).

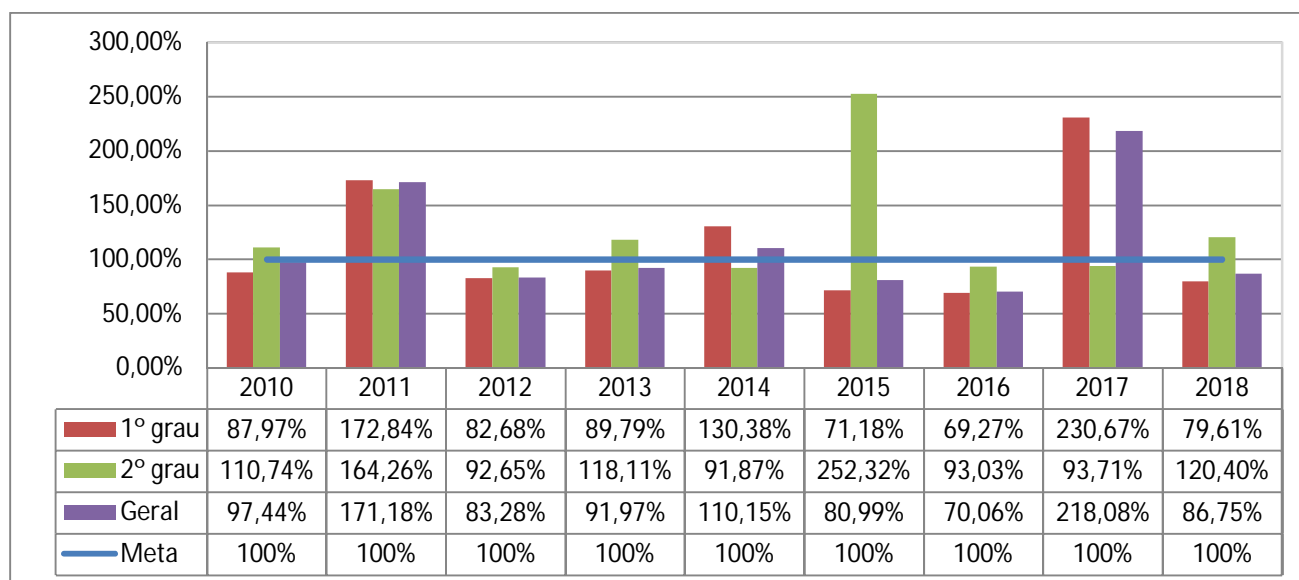


Figura 04: Desempenho Meta 1 – 2010 a 2018

Quanto aos resultados por instância, observa-se, também pela Figura 04, que no 1º grau houve o alcance da meta nos mesmos exercícios de alcance geral da meta, ou

seja, nos anos de 2011 (172,84%), 2014 (130,38%) e 2017 (230,67%). Vale ressaltar que o menor índice alcançado foi no ano eleitoral de 2016 (69,27%). Já na 2ª instância, observa-se que o resultado esperado para a Meta 1 foi alcançado em cinco exercícios - 2010 (110,74%), 2011 (164,26%), 2013 (118,11%), 2015 (252,32%) e 2018 (120,40%).

2.2. Meta 2/2018: Julgar processos mais antigos

O objetivo deste indicador é julgar os processos que foram distribuídos até 31/12/2016 e que ainda se encontravam no acervo deste Tribunal em 2018. A meta estabelecida para este indicador demanda que a Justiça Eleitoral julgue, pelo menos, **90%** destes processos pendentes. A análise dos números da Meta 2 no TRE-MG foi efetivada pela Seção de Planejamento e Estatística de acordo com dados fornecidos mensalmente pela Corregedoria Regional Eleitoral e a Secretaria Judiciária. Conforme se observa nos números a seguir, a Meta 2 foi cumprida.

2.2.1. Resultados Gerais de 2018

Conforme se verifica na Tabela 03 abaixo, foram distribuídos até 2016 e não julgados até dezembro daquele mesmo ano um total de 59.473 processos criminais e não criminais. Em 2017, foram julgados 55.073 desses processos, resultando em uma taxa de julgamento de 92,60% ao final daquele ano, restando 4.400 processos a serem julgados. Sendo assim, ao iniciar o ano de 2018, a Meta 2, qual seja, atingir uma taxa de julgamento de 90%, já estava cumprida.

Tabela 03: Resultados Meta 2/2018

Componente do indicador	Resultados	Meta
Processos distribuídos e não julgados até final de 2016 (Dist)	59.473	-
Processos pendentes julgados no ano de 2017 (Julg_a)	55.073	-
Processos pendentes julgados em 2018 (Julg_b)	2.669	-
Total de processos pendentes de 2016 julgados até o final de 2018 (Julg_a + Julg_b)	57.742	-
% de Julgamento = Julg/Dist	97,09%	≥90%
% de cumprimento = %Julg/0,90	107,88%	≥100%

Além disso, em 2018, mais 2.669 processos dos 4.400 restantes foram julgados, somando 57.742 processos julgados em 2017 e 2018. Desta forma, ao final do último

exercício, o percentual de julgamento da Meta 2 foi de **97,09%**, estando bem acima do percentual de 90% estabelecido pelo CNJ.

Assim como na Meta 1, o desempenho da Meta 2 será detalhado por tipo de processos (criminal e não criminal) e por instância (1º e 2º graus), bem como será apresentada a evolução dos percentuais de julgamento da Meta entre 2014 e 2018.

2.2.2. Resultados de 2018 por tipo de processo

Tabela 04: Resultados da Meta 2/2018, por tipo de processo

Componente do indicador	Criminais	Não Criminais	Total
Processos distribuídos e não julgados até final de 2016 (Dist)	1.024	58.449	59.473
Total de processos pendentes de 2016 julgados até o final de 2018 (Julg = Julg_a + Julg_b)	745	56.997	57.742
% de Julgamento = Julg/Dist	72,75%	97,52%	97,09%
% de cumprimento = %Julg/0,90	80,84%	108,35%	107,88%

Quando analisados os processos criminais, conforme Tabela 04 acima, observa-se que foram distribuídos e não julgados, até 2016, 1.024 processos, sendo julgados 745 casos até 2018 (493 em 2017 e 252 em 2018), correspondendo a uma taxa de julgamento de **72,75%**, aquém do necessário para cumprimento da Meta (90%) na competência 'criminal'.

Em relação aos 58.449 processos não criminais distribuídos e não julgados até 2016, foram julgados 54.580 em 2017 e 2.417 em 2018, totalizando 56.997 casos julgados e resultando no percentual de julgamento de **97,52%**. Assim, houve cumprimento da Meta 2 na competência 'Não criminal'.

2.2.3. Resultados de 2018 por instância

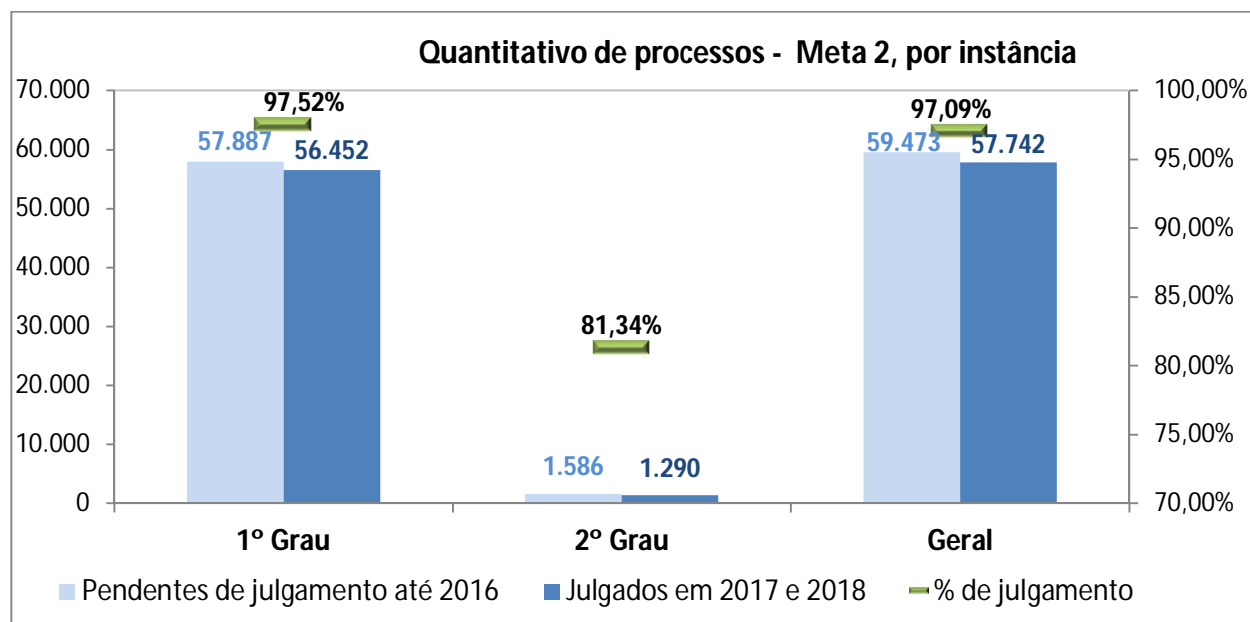


Figura 05: Quantitativo de processos da Meta 2/2018, por instância

Considerando-se os índices por instância, representados na Figura 05 acima, em relação ao 1º grau, foram distribuídos e não julgados, até o ano de 2016, 57.887 processos criminais e não criminais, sendo julgados 53.936 em 2017 e 2.516 em 2018, totalizando 56.452 casos julgados. Desta forma, o percentual de julgamento no 1º grau foi de **97,52%**, atingindo a meta nesta instância.

No 2º grau foram distribuídos e não julgados, até o ano de 2016, 1.586 processos criminais e não criminais, sendo julgados 1.137 em 2017 e 153 em 2018 (total de 1.290). Assim, a taxa de julgamento foi de **81,34%**. Portanto, no 2º grau, não houve o cumprimento da meta.

2.2.4. Percentuais de Cumprimento de 2018

Como informação adicional, a Figura 06 abaixo apresenta os percentuais de cumprimento da referida meta. O percentual de cumprimento é calculado pela razão entre o percentual de julgamento e o fator 0,9, considerando que a meta é 90%. Desta forma, um percentual de julgamento de 90% passa a corresponder, para efeitos de análise e comparação, a um percentual de cumprimento de 100%. Nota-se, portanto, que o percentual de cumprimento geral da Meta 2 foi de **107,88%**.

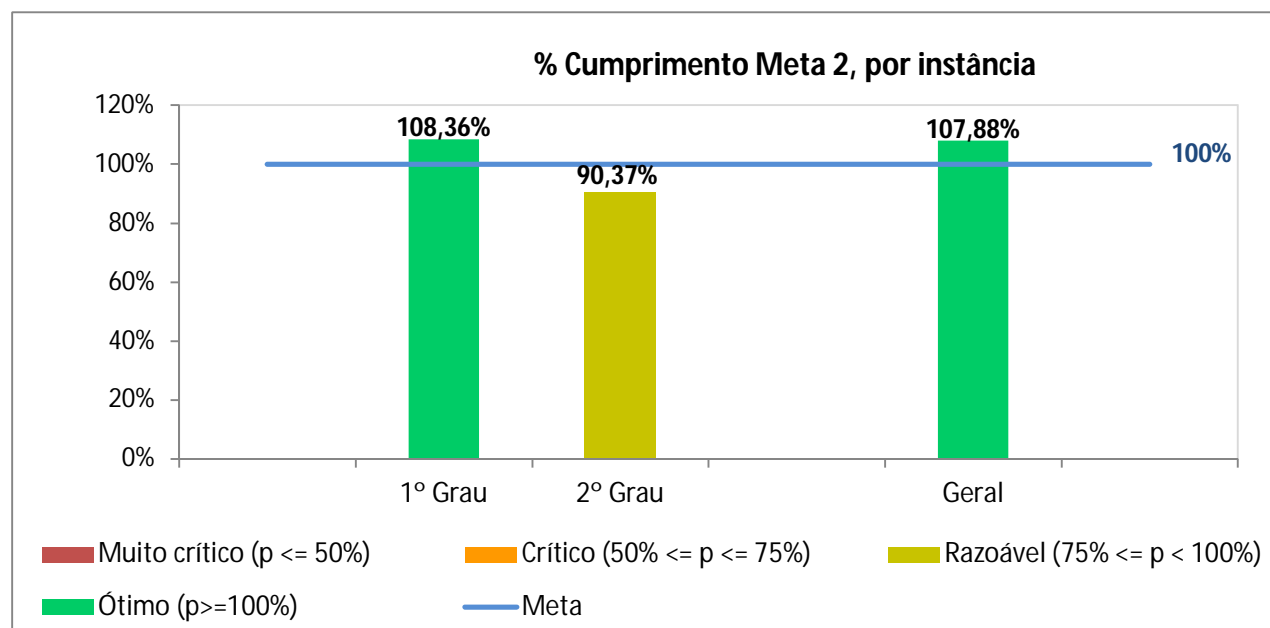


Figura 06: Percentuais de Cumprimento da Meta 2/2018

2.2.5. Análise dos resultados pelo setor responsável

De acordo com a Corregedoria Regional, o percentual de julgamento de 97,52% registrado no 1º grau de jurisdição, além da meta estipulada de 90%, demonstra que o monitoramento efetivo da Corregedoria, com a adoção de providências para o efetivo julgamento dos processos mais antigos, vem surtindo grande efeito, tais como, expedientes exortando os Magistrados a adotarem as providências necessárias ao imediato julgamento dos feitos respectivos e a empreenderem verdadeira tarefa de fôlego junto aos servidores em prol da conscientização da importância de que se revestem a alimentação sistemática das informações e o comando de publicação destas no SADP. Também contribuiu para o resultado apresentado o envio de mensagem sobre o posicionamento de cada serventia quanto aos processos paralisados há mais de 30 dias, enviada diretamente aos respectivos Juízes e aos Chefes de Cartório via e-mail institucional. Assim, a metodologia visando julgamento em razão da cronologia temporal, priorizando a antiguidade da distribuição, foi fundamental para o alcance da meta.

Por sua vez, a Secretaria Judiciária informa que foi instituído, por meio da Portaria nº 20/2018, o Grupo de Apoio ao cumprimento dos indicadores judiciais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e no Planejamento Estratégico do TRE/MG, com a finalidade de analisar detalhadamente os resultados da prestação jurisdicional na 2ª Instância da Justiça Eleitoral. Apesar disso, aponta que, em virtude das Eleições Gerais

de 2018, os processos mais antigos ficaram sobrestados para que se pudesse cumprir os prazos exíguos dos feitos eleitorais, razão pela qual a Meta 2/2018 não foi atingida no 2º grau.

2.2.6. Evolução dos resultados da Meta 2

Apesar da Meta 2 ser aferida desde 2010, esse indicador passou por mudanças estruturais no conceito dos processos antigos distribuídos a serem julgados. Até 2013, era necessário julgar, até o ano corrente, **90% de todos os processos distribuídos no período de referência**; a partir de 2014, houve a definição de que era necessário julgar, no ano corrente, **90% dos processos distribuídos no período de referência que não foram julgados até o ano anterior à corrente, ou seja, julgar 90% do acervo restante**.

Além dessa alteração, houve uma modificação no período de referência dos processos antigos. A maior alteração se deu a partir de 2014, visto que a referência passou a englobar todos os processos da Justiça Eleitoral até determinado ano (no caso em análise, até o final do ano de 2015), e não apenas os processos de alguns anos específicos. Essa alteração trouxe grande impacto para o cumprimento ou não da meta.

Assim, os resultados da Meta 2 só podem ser comparados entre si a partir de 2014.

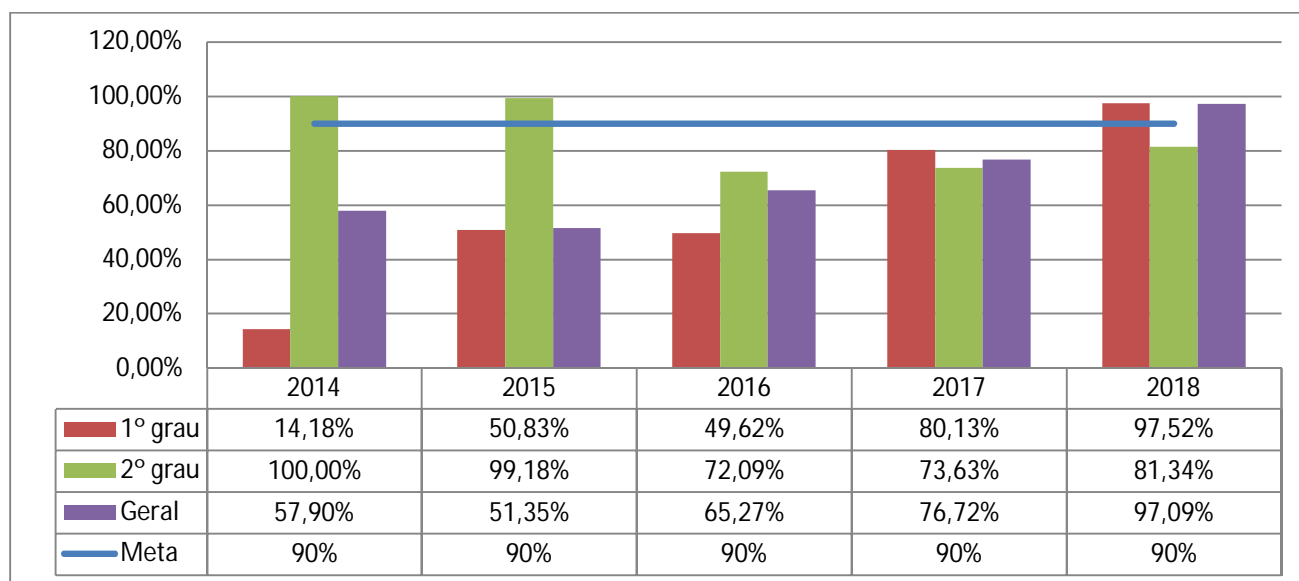


Figura 07: Desempenho Meta 2 – 2014 a 2018

Observa-se, pela Figura 07, que 2018 foi o ano com melhor desempenho da Meta 2 pelo TRE-MG, sendo o primeiro exercício, após as modificações já mencionadas na meta em 2014, em que o cumprimento foi alcançado. Embora os resultados tenham melhorado em 2016 e 2017, em relação aos exercícios anteriores, o aumento no índice de julgamento não foi suficiente para alcance da meta nesses anos. Em 2018, entretanto, houve um crescimento de 20,37 pontos percentuais nos resultados, possibilitando o alcance da meta.

Ao avaliar os resultados da Meta 2 por instância, observa-se que no 1º grau houve um crescimento significativo a partir de 2015. Em 2014, o resultado da meta 2 foi de 14,18% e em 2015 de 50,83%, ou seja, um crescimento de 36,65 pontos percentuais. Em 2016, os resultados foram muito próximos a 2015 (queda de 1,21%). Em 2017, os resultados foram novamente expressivos em relação ao ano anterior, 2016, com um aumento de 30,51%. Finalmente, em 2018, o indicador registrou nova melhora, com 17,38% de crescimento, atingindo a meta pela primeira vez.

Na segunda instância, o desempenho foi inverso. A Meta 2 foi cumprida em 2014 e 2015, e depois não foi mais alcançada. Em 2014, o índice de processos antigos julgados foi de 100%; em 2015 esse resultado foi de 99,18%, percentual muito próximo do ano anterior. Contudo, esse alto desempenho caiu significativamente em 2016, pois, em relação a 2015, houve uma queda de 27,09 pontos percentuais e o índice para aquele ano foi de 72,09%. Já em 2017, o resultado foi relativamente o mesmo de 2016, pois houve um aumento de somente 1,54 pontos percentuais. Finalmente, em 2018, embora tenha se registrado um crescimento de 7,71% em relação a 2017, ainda faltaram 8,66 pontos percentuais para o alcance da meta.

2.3. Meta Específica 1/2018: Identificar e julgar processos prioritários

De acordo com o enunciado do indicador, todos os processos de classes consideradas prioritárias têm prazo máximo de conclusão de 01 (um) ano para tramitar pela 1ª, 2ª instâncias e no Tribunal Superior Eleitoral. A meta seria considerada cumprida se, ao final de 2018, **75%** dos processos considerados prioritários fossem julgados dentro do prazo estabelecido por instância. Além disso, a apuração do cumprimento da meta no TRE-MG foi efetivada pela Seção de Planejamento e Estatística através de dados fornecidos pela Corregedoria Regional Eleitoral e Secretaria Judiciária.

Para apuração do cumprimento da meta, foram estabelecidas 05 (cinco) variáveis que categorizavam cada processo de acordo com a sua data de distribuição, data de

juízo e se o julgamento se deu dentro do período máximo estabelecido para cada instância. Abaixo as cinco variáveis que compõem a Meta Específica 1:

P1 - Número total de processos prioritários por instância:

- Distribuídos: antes do período de referência.
- Julgados: não julgados antes do período de referência.

P2 – Número total de processos prioritários por instância:

- Distribuídos: no período de referência.
- Prazo para julgamento: dentro do período de referência.

P3 – Número total de processos prioritários na instância:

- Distribuídos: no período de referência.
- Julgados: no período de referência.
- Prazo para julgamento: após o período de referência.

P4- Número total de processos prioritários apurados em P1, P2 e P3, julgados no período de referência, fora do prazo máximo estabelecido para a instância.

P5- Número total de processos prioritários apurados em P1, P2 e P3, não julgados no período de referência, cujo último dia para julgamento na instância seja anterior ou igual à data final do período de referência da medição.

Como prazos para julgamento, foram estabelecidos os seguintes parâmetros:

Feitos de competência do Juízo de 1º grau:

- 06 (seis) meses entre a protocolização do pedido e a prolação da sentença;
- 03 (três) meses entre a distribuição e o julgamento do recurso nos TREs;
- 03 (três) meses entre a distribuição e o julgamento do recurso no TSE;

Feitos de competência originária dos TREs:

- 06 (seis) meses entre a distribuição do processo e o julgamento;
- 06 (seis) meses entre a distribuição e o julgamento do recurso no TSE, nos feitos de competência originária nos TREs;

Feitos de competência originária do TSE:

- 12 meses entre a distribuição do processo e o julgamento.

2.3.1 – Resultados Gerais de 2018

Tabela 5: Resultado Meta Específica 1/2018

Componente do indicador	Resultados	Meta
Número total de processos prioritários distribuídos (P1+P2+P3)	511	-
Número total de processos prioritários julgados fora do prazo padrão ou não julgados no período de referência (P4+P5)	469	-
% de Julgamento = $(1 - (P4+P5/P1+P2+P3))$	8,22%	75%
% de cumprimento = %Julg/0,75	10,96%	100%

Conforme os dados apurados em 2018 apresentados na Tabela 5 acima, o ano foi encerrado com um montante de 511 processos prioritários distribuídos, dos quais 469 contrariavam o cumprimento da meta (396 foram julgados fora do prazo padrão e 73 não foram julgados). Assim, o percentual de julgamento de processos prioritários dentro do prazo padrão em 2018 foi de apenas **8,22%**, não alcançando assim a meta estabelecida para a Justiça Eleitoral. Para que a meta de 75% fosse cumprida, seria aceitável que, no máximo, 127 processos fossem julgados fora do prazo ou não julgados.

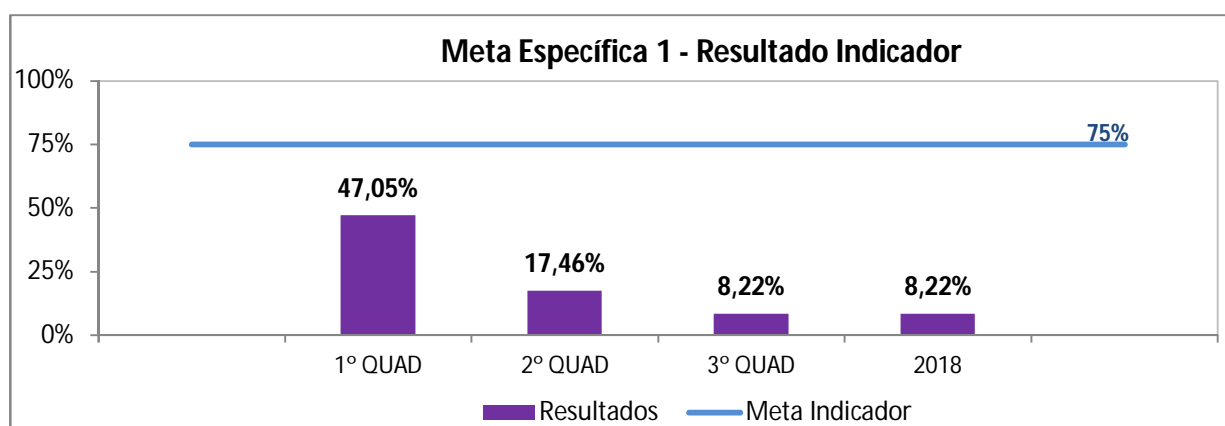


Figura 08: Desempenho do TRE-MG – Meta Específica 1/2018

A Figura 08 apresenta ainda os resultados quadrimestrais, acumulados, do julgamento de processos prioritários em 2018, observando-se que a meta não foi alcançada, cumulativamente, em nenhum quadrimestre e, ainda, houve queda de desempenho ao longo do ano. Entre o primeiro e o último quadrimestre, a redução no

índice de julgamento foi de 38,83 pontos percentuais, distanciando-se ainda mais do cumprimento da meta.

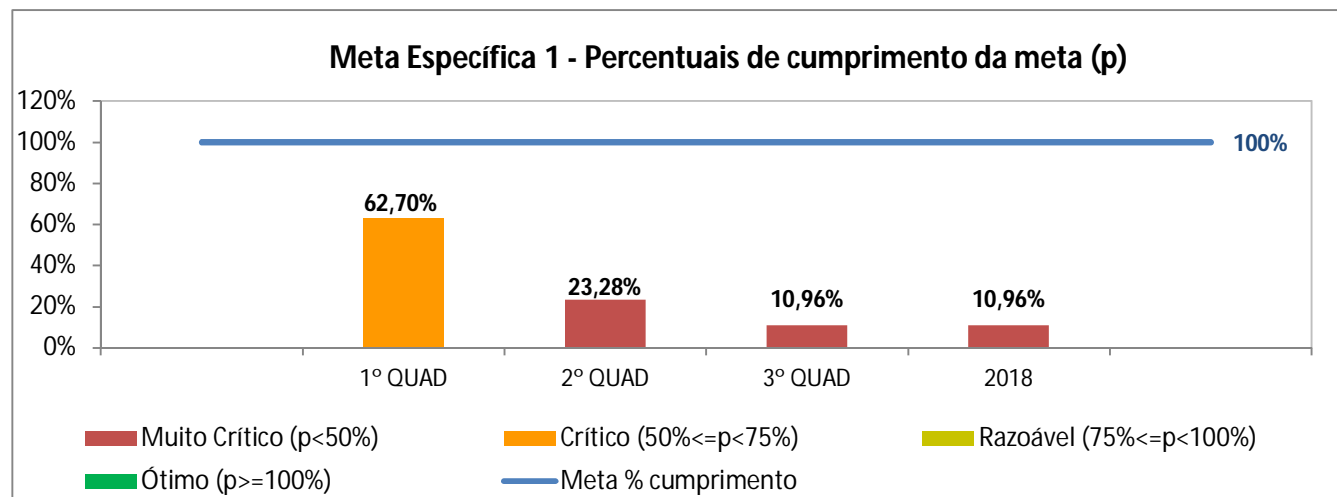


Figura 09: Percentual de cumprimento – Meta Específica 1/2018

Em relação ao percentual de cumprimento da meta estabelecida, verifica-se na Figura 09 acima que em 2018 alcançou-se somente **10,96%** de cumprimento do resultado proposto para a Justiça Eleitoral. Em relação ao primeiro quadrimestre, houve uma queda de 51,74 pontos percentuais no cumprimento da meta até o final do ano.

Vale destacar que o percentual de cumprimento, nesse caso, é calculado pela razão entre o percentual de julgamento e o fator 0,75, considerando que a meta era de julgar 75% dos processos nos prazos estabelecidos. Desta forma, um percentual de julgamento de 75% passa a corresponder, para efeitos de análise e comparação, a um percentual de cumprimento de 100%.

A seguir, serão apresentados os resultados da Meta Específica 1/2018 por instância de julgamento, demonstrando que a meta não foi cumprida em nenhum grau de jurisdição.

2.3.2 - Resultados de 2018 por instância

Segmentando a análise por instância, observa-se que, em 2018, na 1ª instância, foram distribuídas 134 ações prioritárias e 119 contrariaram o cumprimento da meta (80 foram julgadas fora do prazo padrão e 39 não foram julgadas). Assim, o percentual de julgamento de processos prioritários dentro do prazo em 2018 foi de **11,19%** para uma

meta de 75%, como pode-se observar na Figura 10 a seguir, o que representa um índice de cumprimento de 14,93%.

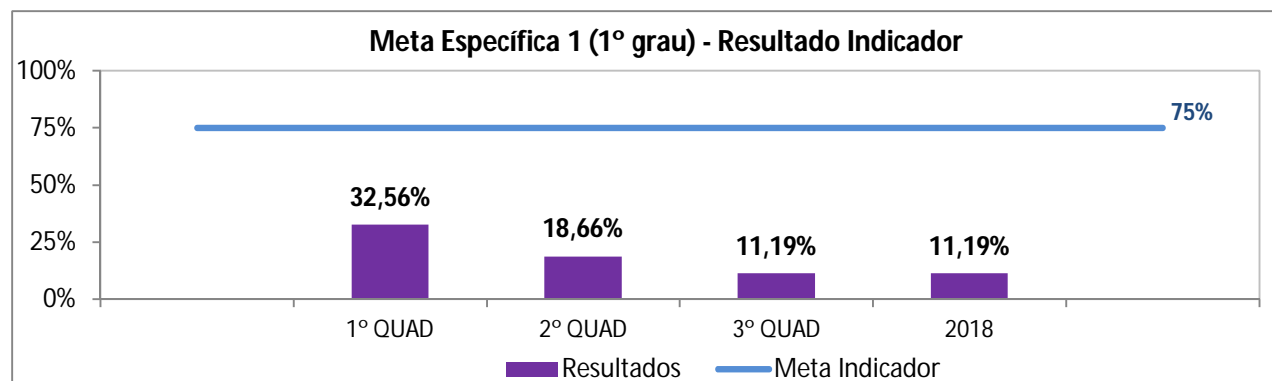


Figura 10: Desempenho do TRE-MG – Meta Específica 1/2018 – 1ª instância

Já na 2ª instância, em 2018, foram distribuídas 377 ações prioritárias e 350 contrariaram o cumprimento da meta (316 foram julgadas fora do prazo padrão e 34 não foram julgadas). Isso equivale ao percentual de julgamento de processos prioritários dentro do prazo de apenas **7,16%** para uma meta de 75%, como observado na Figura 11 abaixo. Esse índice representa um percentual de cumprimento da meta de **9,55%**.

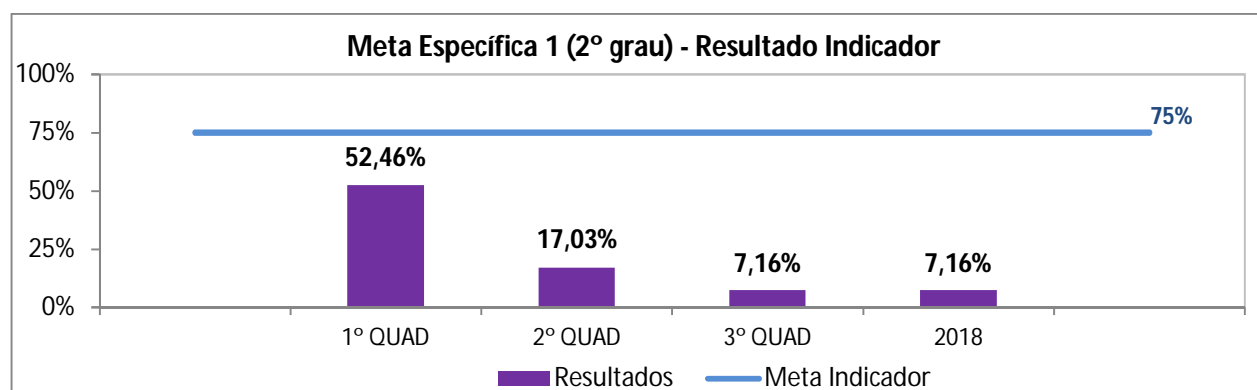


Figura 11: Desempenho do TRE-MG – Meta Específica 1/2018 – 2ª instância

2.3.3. Análise dos resultados pelo setor responsável

Conforme análise da Corregedoria, o percentual de cumprimento da Meta Específica 1 em 2018, atingindo no 1º grau o índice inferior à meta, foi consequência das seguintes causas:

Como 2018 foi um ano eleitoral, ocasionou acúmulo de atividades voltadas exclusivamente à realização das eleições. Assim, a dedicação prioritária às atividades das eleições fez com que o andamento de autos não considerados urgentes ficassem momentaneamente paralisados e que a alimentação do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, que hoje é a fonte de onde se extraem dados estatísticos para o 1º grau, ficasse comprometida, apesar de toda a exortação a respeito.

A criação da Seção de Inspeções e Correições – SINSC, é ainda muito recente, completando um ano de instalação em setembro de 2018. Além disso, a Seção conta apenas com três servidores, o que torna o incansável trabalho juntos às zonas eleitorais ainda muito incipiente e precário. Não obstante, exerce incessante monitoramento e orientações com vistas a imprimir celeridade ao julgamento de processos.

Para 2019, foi elaborado roteiro de viagens às zonas eleitorais que apresentaram menor índice de produtividade no ranking do PorTCre que visa medir a capacidade que a zona eleitoral apresenta de manter a regularidade da tramitação processual com vistas a melhorar a prestação jurisdicional (processo PAD n. 049737/2019).

Além disso, a SINSC tenciona intensificar o monitoramento remoto das zonas eleitorais, tendo reiterado solicitação de lotação de novos servidores na Seção (processo PAD n.1900666/2019), reafirmando a necessidade já exposta no PAD n. 1710770/2017, a fim de assegurar o desempenho das relevantes e inadiáveis tarefas afetas ao setor.

Acrescente-se as constantes movimentações de servidores de zonas eleitorais, por meio de concurso de remoção, e a consequente nomeação de novos servidores, que ingressam sem a necessária experiência cartorária, comprometendo o resultado dos indicadores.

Soma-se às causas supracitadas o grande volume de processos distribuídos ao final do ano eleitoral, inviabilizando o seu julgamento nesse mesmo ano. Como exemplo, a novidade das eleições de 2018, a “prestação de contas de campanha dos diretórios municipais” disposta na Res. 23553/2017, art. 52, que obriga os partidos a prestarem contas até o vigésimo dia posterior à realização das eleições. Nota-se que, neste prazo exíguo, seria impossível julgar as referidas ações.

No âmbito da segunda instância, segundo a Secretaria Judiciária, no ano de 2018, houve um esforço para julgamento dos processos prioritário que importem em não diplomação ou perda de mandato eletivo, podendo ser observado no grande número de processos julgados, mesmo fora do prazo, terminando o ano de 2018 com estoque muito pequeno desses processos. Entende-se que o resultado se deve ao grande número de

processos acumulados de exercícios anteriores. Salienta-se que em período eleitoral os processos relativos às eleições são prioritários tendo grande relevância negativa na apuração do índice. Com o baixo estoque para o ano vindouro, o índice tem tendência a resultados positivos.

2.4. Meta Específica 2/2018: Ações para educação eleitoral

A Meta Específica 2/2018 preconiza a promoção de ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente. Desta forma, a Escola Judiciária foi a responsável pela realização e monitoramento dessas ações no exercício de 2018 neste Regional.

Para apuração do cumprimento da Meta Específica 2, foram estabelecidas 4 perguntas sobre os procedimentos adotados pelo Tribunal com relação à estruturação da meta. Cada pergunta deveria ser respondida como SIM ou NÃO e foram atribuídos pesos a elas (25% para cada), com somatório igual a 100%. A meta seria considerada cumprida se, ao final de 2018, a soma das pontuações das quatro perguntas fosse maior ou igual a 75%.

A apuração dos resultados foi efetivada pela Seção de Planejamento e Estatística em conjunto com a Escola Judiciária. Ao final de 2018, todas as quatro perguntas obtiveram a resposta SIM. Assim, o TRE-MG cumpriu a Meta Específica 02/2018. Ao atingir todos os quesitos (100% de resultado), como a meta estipulada era de 75%, o percentual de cumprimento da referida meta pelo TRE-MG foi de 133,33%.

Abaixo as perguntas integrantes da meta e algumas considerações da área especialista:

1- O Tribunal tem convênio ou acordo de cooperação com instituições, governamentais ou não, para fomentar, difundir ou ampliar ações educativas? Peso: 25%. R: Sim.

2 - O Tribunal realiza avaliação de reação em pelo menos 50% das ações promovidas? Peso: 25%. R: Sim.

3 - O Tribunal elabora plano anual de ações educativas voltadas para o estímulo ao exercício consciente da cidadania? Peso: 25%. R: Sim.

4- O Tribunal executou 80% ou mais das ações educativas previstas no plano anual? Peso: 25%. R: Sim.

2.4.1. Análise dos resultados pelo setor responsável

Conforme a Escola Judiciária, o cumprimento da Meta Específica 2/2018 em sua totalidade se deu em razão do grande empenho da Seção de Pesquisa e Cidadania - SEPEC nos projetos que visam à promoção de ações voltadas ao exercício do voto com a ciência de seu significado político e social, que é uma das diretrizes dos projetos de cidadania da EJEMG. Para tanto, em 2018, foi firmado convênio com a Secretaria Estadual de Educação e também a FASEH, faculdade pertencente ao Centro de Ensino Superior de Vespasiano, com objetivo de ampliar e difundir as ações de cidadania no projeto Eleitor do Futuro. Mais 3 projetos de cidadania foram desenvolvidos pela EJEMG com grande êxito. Em virtude disso, as ações educativas de cidadania que foram elaboradas no plano anual deste Tribunal para o período de medição da dessa meta foram todas executadas e os projetos e formadores foram avaliados em quase totalidade das ações de cidadania promovidas pela EJEMG.

3. Conclusões

Conforme demonstrado neste documento, em uma avaliação geral, o TRE-MG cumpriu duas das quatro metas prioritárias estabelecidas para o ano de 2018, obtendo um percentual de alcance de 50,00%.

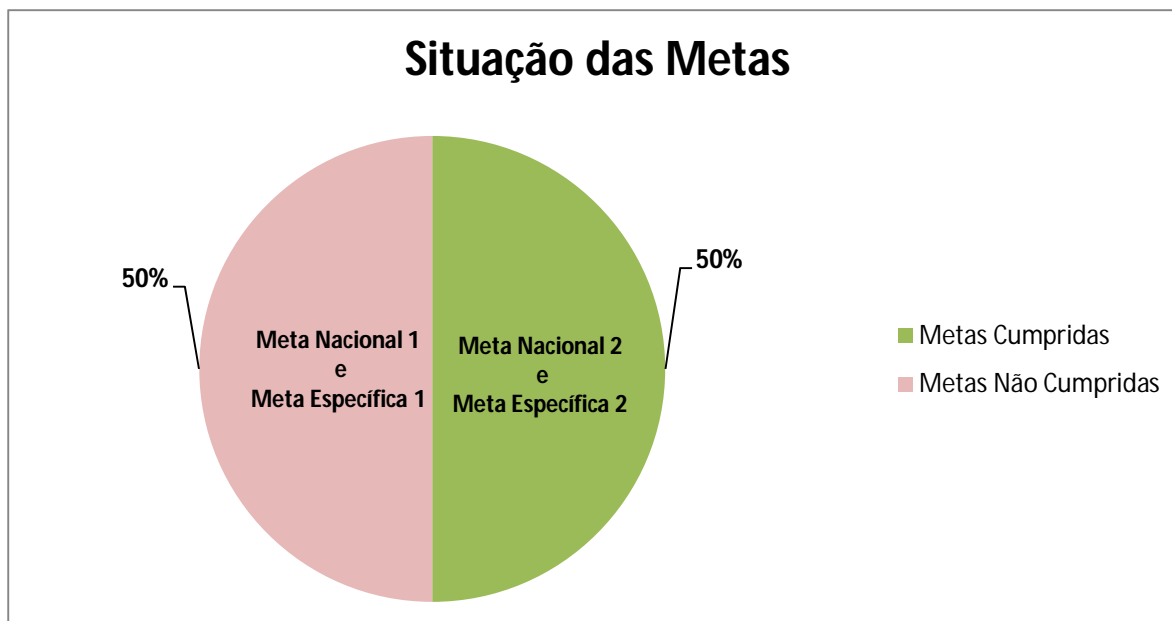


Figura 13: Situação das Metas 2018

Em relação à **Meta 1/2018**, cuja prescrição é “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2018”, temos o seguinte resultado: foram julgados, no ano de 2018, somente **86,75%** da quantidade total de processos distribuídos nesse período. Portanto, a meta não foi alcançada no último exercício.

No que tange à **Meta 2/2018**, cujo ordenamento era “julgar, até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016 e não julgados até 31/12/2016 na Justiça Eleitoral”, o TRE-MG conseguiu julgar **97,09%** destes processos antigos. Como a meta estipulada era de julgar 90% do referido estoque, a Meta 2 foi alcançada por este Regional em 2018, obtendo um percentual de cumprimento de **107,88%**.

Além disso, no que se refere à **Meta Específica 1/2018**, qual seja, ‘Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento, não podendo ultrapassar 12 meses em todas as instâncias’, este Tribunal alcançou o índice de apenas **8,22%** de julgamento, o que, frente à meta de 75% de julgamento de processos prioritários, corresponde a um percentual de cumprimento de **10,96%** da meta.

Por fim, a **Meta Específica 2/2018** foi cumprida no ano de 2018. O TRE-MG cumpriu em **100%** os requisitos relacionados à promoção de ações para educação

eleitoral no ano de 2018. Como a meta era de 75% (atingir três dos quatro requisitos), o cumprimento alcançado por este Tribunal foi de **133,33%**.

Cumpra-se destacar o valoroso trabalho desempenhado pela Corregedoria Regional Eleitoral, pela Secretaria Judiciária e pela Escola Judiciária do TRE/MG, não só no volumoso levantamento de dados necessários para o cômputo das Metas, mas também na realização de ações para seu alcance, bem como na avaliação, com coerência e criticidade, dos números e resultados apurados.

Ressalta-se ainda a importância da continuidade na boa condução dos trabalhos dessas áreas especializadas, de forma que as análises minuciosas perdurem e continuem se desenvolvendo, permitindo a apresentação de dados e resultados cada vez mais fidedignos à realidade.